

**AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.681 ESPÍRITO SANTO**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. DIAS TOFFOLI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO BRASIL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GABRIEL PEIXOTO ROCHA E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**DECISÃO:**

Cuida-se de agravo regimental interposto pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil, com o objetivo de submeter ao controle do colegiado do Supremo Tribunal Federal a decisão em que não se conheceu da ação direta, por entender que o ato questionado é de efeitos concretos e, por isso, insuscetível de controle abstrato de constitucionalidade.

Nas razões do agravo regimental, a agravante alega que as normas questionadas “tratam de reorganização de serventias extrajudiciais mediante resolução, ato administrativo de caráter normativo, que visa disciplinar a organização dos cartórios extrajudiciais”. Assevera que, em vários julgados, o STF analisou normas semelhantes aos preceitos ora impugnados, tendo entendido, em tais ocasiões, que “Resoluções de Tribunais que promovam modificações na organização das serventias extrajudiciais, promovendo alteração da lei estadual, com consequente reorganização das delegações e serviços extrajudiciais, são notadamente inconstitucionais”. Ademais, reitera os argumentos veiculados na inicial.

Em 8/5/17, a agravante peticionou reiterando o pedido de medida cautelar, informando que “o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, através da Comissão do Concurso Público para a outorga de delegações (Edital TJES 01/2013), publicou o Edital 83/2017 designando Sessão Pública de Proclamação e Escolha das delegações para o dia 19 de maio de 2017”. Diante desse fato novo, sustenta a existência de perigo de dano irreparável.

É o relatório.

## ADI 5681 AGR / ES

Considerando a relevância das alegações trazidas no agravo, **reconsidero a decisão de indeferimento da inicial, exclusivamente com o fito de dar regular trâmite à ação**, sem prejuízo de posterior análise acerca do cabimento do presente instrumento de controle concentrado, quando de posse das informações dos requeridos e das manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.

No que tange ao pedido de medida cautelar, reiterado na petição do dia 8/5/17, observo que decorreram mais de nove anos desde a edição da Resolução nº 14, de 11 de setembro de 2008, devendo ser aplicado, no caso, o **procedimento abreviado do art. 12 da Lei nº 9.868/99**, a fim de que a decisão seja tomada em caráter definitivo.

Solicitem-se informações aos requeridos. Após, abra-se vista, sucessivamente, no prazo de cinco dias, ao Advogado-Geral da União e ao Procurador-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 17 de maio de 2017.

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator

*Documento assinado digitalmente*